O GLOBO
Publicado em 22/08/2024 - 05:57

Governo quer mudar regras de fundos de pensão para turbinar PAC

PARA TURBINAR O PAC

FUNDOS DE PENSÃO

Governo quer que entidades invistam em infraestrutura, fonte de problemas no passado

GERALDA DOCA
geralda@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Sem margem no Orçamento e com aumento de despesas obrigatórias, o governo quer que os grandes fundos de pensão das estatais retomem os investimentos em infraestrutura, sobretudo nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse foi o tema da reunião, ontem, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com representantes de Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), Petros (da Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e Postalis (Correios).

Está em discussão no governo mudar a política de investimentos desses fundos, que se tornou mais rigorosa após experiências malsucedidas em gestões petistas anteriores.

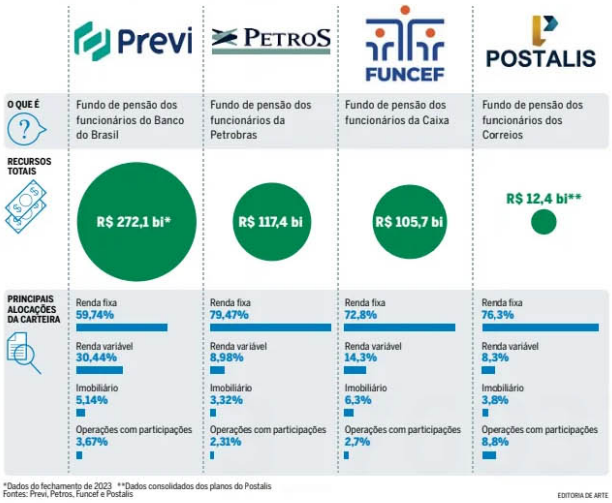
Uma proposta de resolução do órgão regulador do setor, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), à qual O GLOBO teve acesso, prevê a inclusão de debêntures (títulos de dívida) de infraestrutura entre os tipos de aplicação que podem ser feitos pelos fundos.

Também fazem parte do cardápio de investimentos papéis do setor ambiental, como crédito de descarbonização, e Fiagro (fundo de investimento do agronegócio).

Atualmente, os fundos de pensão não podem investir em imóveis — e têm de se desfazer de ativos desse tipo até dezembro de 2030. Eles também não têm autorização para investir no Fiagro, adquirir debêntures incentivadas de infraestrutura ou créditos de carbono — exatamente o que o governo busca agora.

RAIOS X DAS INSTITUIÇÕES

Saiba mais sobre os principais fundos de pensão do país



*Dados do fechamento de 2023 **Dados consolidados dos planos do Postalis
Fontes: Previ, Petros, Funcef e Postalis

EDITORIA DE ARTE

APERTAR REGRAS DE FIPS

Com a mudança, os fundos poderiam voltar a investir em imóveis no limite de até 8% de seus recursos, inclusive na compra e manutenção da sede da própria entidade. E não teriam mais de se desfazer deles até 2030. Por outro lado, a proposta veda investimentos mais arriscados, como criptomoedas, direta ou indiretamente.

Para evitar repetir os problemas do passado, que resultaram em CPIs no Congresso, operação da Polícia Federal e fortes perdas para os trabalhadores, a Previc sugere medidas para apertar os Fundos de Investimentos em Participação (FIPs), utilizados pelos fundos de pensão.

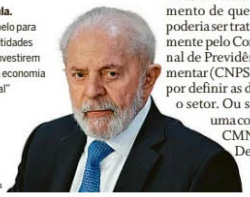
Uma delas é cortar o limite de alocação de 15% para 10%. Outra é reduzir o limite de diversificação de 25% por entidade (atualmente máximo de 100% para quatro entidades) para 40% do total de investimentos de todas as instituições em FIPs.

Segundo a Previc, 66% das reservas previdenciárias, que somam R$ 1,3 trilhão de um conjunto de 272 entidades, são geridas por 3.602 fundos de investimento.

O órgão regulador propõe ainda diferenciação entres os integrantes dos comitês de investimento com poder de decisão daqueles que podem apenas opinar, a fim de dar maior segurança jurídica na individualização das condutas dos dirigentes dos fundos de pensão.

A proposta de mudanças nas regras dos investimentos dos fundos de pensão foi encaminhada pela Previc ao Ministério da Fazenda e precisa ser submetida ao Conselho Monetário Nacional (CMN). O texto sugere revisar uma resolução do CMN, aprovada em dezembro de 2022.

O assunto parou na Secretaria de Reformas Econômicas da Fazenda, que apontou a necessidade de fazer primeiro uma mudança significativa dos fundos de previdência estatais, com a contabilização não apenas dos ativos, mas também dos passivos, a valores de mercado. Esse método determina o volume diário dos valores, independentemente das variações típicas de mercado.



Lula. Apelo para entidades "investirem na economia real"

BRENNO CARVALHO/14-8-2024

Técnicos do governo envolvidos contestam, sob o argumento de que essa medida poderia ser tratada posteriormente pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPS), responsável por definir as diretrizes para o setor. Ou seja, não seria uma competência do CMN.

De acordo com ofício da Previc obtido pelo GLOBO, a proibição dos investimentos pelos fundos de pensão em debêntures de infraestrutura dificulta "a formação de *funding* necessário para execução do referido programa de investimentos do governo federal (Novo PAC)." A legislação atual concede benefício fiscal para esse tipo de papel, emitido por 17 setores, com exceção do ramo de petróleo.

A Previc argumenta ainda que as medidas estão contempladas no programa do atual governo, "visando cumprir os compromissos e as metas em favor da sociedade, do desenvolvimento do país e da expansão do setor de previdência complementar fechado, mantendo a higidez das reservas previdenciárias e a proteção às famílias."

HERANÇA DE DÉFICITS

Nas gestões passadas do PT, a entrada dos fundos de pensão nos projetos do governo levou a CPIs, uma operação da PF e sucessivos déficits, que duraram anos terão de ser cobertos por anos pelos participantes (ativos e aposentados). Entre os grandes fundos, somente a Previ não teve prejuízo.

Em 2016, a Operação Greenfield, da PF, apontou perdas de ao menos R$ 8 bilhões com irregularidades em fundos de pensão. A operação foi encerrada em 2020 sem conclusão, após denúncias de abuso de autoridade, mas gerou 180 ações atualmente em curso na Justiça Federal de Brasília.

No caso do Postalis, por exemplo, o rombo chegou a R$ 15 bilhões — uma dívida a ser paga pelos Correios e trabalhadores nos próximos 30 anos. O plano de equacionamento, exigido pela legislação em caso de déficit, foi assinado em janeiro.

Segundo interlocutores, na reunião Lula recomendou aos representantes dos fundos de pensão "investirem na economia real" e citou o PAC. Durante a conversa, os presidentes das entidades sugeriram a criação de garantia mínima, a ser oferecida pelo BNDES, para os projetos que não forem rentáveis.

Eles pediram também a revisão do decreto 4.942/2003, que pune dirigentes dos fundos por erros na gestão dos recursos, com inabilitação entre dois anos e dez anos e multa entre R$ 2 mil e R$ 1 milhão. O argumento deles é que existe um processo agressivo de criminalização do setor.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 15

Copyright © Clipclap 2025.